

O DESENVOLVIMENTO PSICANALÍTICO

Formação Freudiana

Monica Donetto Guedes

Setembro/2009

Só ao iniciar a preparação deste trabalho me foi possível pensar o lugar que estava sendo convocada a ocupar. Não foi uma tarefa simples, tampouco fácil, escrever sobre a formação do psicanalista, pois este tema trazia, implícita, a ideia de pensar sobre a minha própria formação e a instituição à qual sou filiada, isto é, a FORMAÇÃO FREUDIANA.

Uma primeira questão que permeou o desenvolvimento deste trabalho foi: o que move uma Instituição de Psicanálise a colocar nas mãos de um membro em formação a apresentação deste tema? Tanta generosidade nos leva a uma maior responsabilidade, já que, certamente, saímos de um lugar de queixa/lamento e passamos a um lugar de juízo crítico. A queixa promove a permanência e até o fortalecimento dos nossos incômodos. O juízo crítico, ao contrário, permite a revisão das atitudes e das ações, requer movimento.

Pensei ser fundamental buscar no trabalho “Formar um psicanalista: fragmentos para pensar esse processo”¹, escrito e apresentado por Atalia Fontes, Virginia Portas e Selma Rosário, no início da década de 90, a base para compreender o que se discutia naqueles anos e a possibilidade de consonância com o que hoje nos é apresentado como proposta nesta instituição.

Tenho por hábito brincar com as palavras e não poderia deixar de iniciar minha pesquisa buscando sentido nos significados de algumas que encontro na origem desta discussão, além de outras que sugerem um desafio, uma provocação.

Quando penso no ato de formar, penso no sentido fechado, duro e empobrecido que esta palavra pode representar. Forma (ô) nos remete a algo definido, acabado, que designa um sentido em si mesmo, um molde que permite que, sobre ou dentro dele, qualquer coisa tome o feitio deste molde. Assim como forma (ó) pode designar alinhamento, modelo.

O apelo implícito no ato de formar estaria na contramão do que penso estar referido ao DESENVOLVIMENTO PSICANALÍTICO, termo que escolhi usar ao longo deste trabalho para contrapor o tema em questão, a FORMAÇÃO DO

¹ Trabalho apresentado no Simpósio da Formação Freudiana. **Pensando a Formação Psicanalítica: História - Teoria - Crítica.**

PSICANALISTA. Não foi aleatória a escolha da palavra DESENVOLVIMENTO, pois, dentre todas as demais pesquisadas, acredito ser essa a que mais se aproxima da ideia que permeia este campo. Não do ponto de vista da Psicologia do Desenvolvimento, mas, sim, do valor semântico da qual esta palavra se ocupa.

Desenvolver: desembrulhar, desdobrar, fazer crescer, examinar, ampliar, propagar, tirar do invólucro...

Considerarei, ainda, a possibilidade de pensar a questão da formação do psicanalista articulada à nossa trajetória na Formação Freudiana, destacando a diferença “de bases” que aqui encontramos – pois se, para Freud, a formação do psicanalista se constrói sobre três escoras, para nós, membros da Formação Freudiana, ela se dá em quatro: análise, teoria, supervisão e mobilização clínica. Esta última, criação de Chain Samuel Katz.

Qual é o modelo que mais se ajusta ao da nossa instituição considerando-se a diferença estabelecida entre o significado das palavras **formação** e **desenvolvimento**?

Não é fácil atender ao chamado de uma instituição que, na minha leitura, tem como base uma proposta que caminha lado a lado com o campo da clínica. Eu mesma, num primeiro momento, recuei e fui em busca de um modelo que seguisse certa didática. Acreditava na possibilidade de retornar posteriormente com uma profusão de conhecimentos que me levasse a “suportar”, num sentido positivo desta palavra, o meu percurso por esta instituição.

Essa experiência, no entanto, me levou a diferenciar, com certa clareza, a possibilidade de apreender a teoria psicanalítica e compreendê-la no campo da cognição (o que, sem dúvida nenhuma, tem a didática como instrumento imprescindível) e a possibilidade de introjetar a psicanálise como capacidade, para assim exercê-la, no campo da clínica. Como foi bem desenvolvido no trabalho escrito por Atalia Fontes, Virginia Portas e Selma Rosário, o Desenvolvimento psicanalítico estaria distante do didatismo das escolas porque, de fato, a possibilidade de se constituir analista não está remetida, a priori, ao conhecimento teórico sobre o campo. As autoras fazem a seguinte marcação:

“Tão delicada questão talvez possa ser melhor refletida através do *conceito freudiano da transferência*, presentificado no mecanismo de *introjeção*: um fazer que vai além dos limites da técnica, cujo domínio, embora necessário, é insuficiente para

que um psicanalista se constitua como tal. O *aprendiz* vai se inserir nessa trajetória, num arriscado jogo de amor e ódio, de riscos e surpresas, de conjunções e disjunções, que estão incluídos no percurso de formação, onde cada QUEM em algum momento é chamado a ocupar o lugar do mestre, do saber, do não saber, sem deixar de ser esse ‘*eterno aprendiz*’”.

Ao re-avaliar os aspectos que considero importantes no início do desenvolvimento no campo psicanalítico, penso ser fundamental considerar o re-conhecimento sobre si mesmo, uma experiência no próprio corpo e do próprio corpo com relação à psicanálise.

Hoje distanciada do início do meu percurso, posso compreender que a possibilidade de continuar minha trajetória e encontrar sentido no que venho aprendendo tanto no campo da teoria como no campo da clínica estaria remetida à minha análise pessoal.

Ao retornar, após um afastamento de dois anos, encontro a Formação Freudiana dentro de uma nova configuração. Mudanças essas remetidas à feitura dos módulos.

As mudanças são importantes, uma vez que, sem dúvida, demonstram iniciativa e valorização... Mas é sempre um desafio! E desafio, penso, está incluído no campo da psicanálise.

É certo que uma instituição que se permite mudar, que está pronta a rever a forma como está regulamentada, é uma instituição que se escuta. No entanto, é preciso compreender a serviço do que estão essas mudanças.

As mudanças que muitas vezes são feitas no campo pedagógico parecem não bastar, pois não definem a permanência ou desistência de quem ingressa numa instituição! Tampouco a competência teórico/clínica daqueles que seguem o caminho... Joel Birman, no seu artigo “Freud e Ferenczi: confrontos, continuidades e impasses”, publicado no livro *Ferenczi: história, teoria e técnica*, organizado pela Formação Freudiana após o I Simpósio Sandor Ferenczi, de 1993, remete-nos à orientação de Ferenczi, em seus últimos artigos, do quanto a “Psicanálise, surgida como um saber que pretendia falar da singularidade, transformou-se numa prática de doutrina pedagógica”. Birman ainda afirma que este mesmo motivo que o colocou no “arquivo morto da psicanálise” é o que anos mais tarde o retira de lá, isto é: os impasses clínicos e metodológicos em função de modelos autoritários.

Apesar de saber que os ajustes muitas vezes são necessários, até mesmo para que uma instituição continue existindo, é preciso cuidar para que ela não se afaste dos seus preceitos.

Além disso, não podemos deixar de pensar que os nossos precursores, muitos deles alvo da nossa preciosa admiração, construíram cada qual o seu percurso tendo como referência a Formação Freudiana de outros tempos e em vários tempos.

Há uma tentativa de organizar os módulos oferecendo a quem ingressa numa instituição, seja para se tornar analista ou se dedicar apenas ao estudo da psicanálise, módulos com conceitos básicos que “obedecem” a um certo “didatismo”. No entanto, penso que essa medida não assegura que haja uma melhor compreensão e inferência dos conceitos. Sabemos que uma das escoras da formação do psicanalista é a teoria, que, numa instituição, se presentifica na figura de um analista titular. Sendo assim, penso que, independentemente da organização dos conceitos e do modelo usado para apresentá-los, um dos fatores que poderá favorecer certa compreensão é o de QUEM apresenta esses conceitos, quem se ocupa desta função.

QUANDO e COMO comunicar, “eis o cerne da questão”. Penso que o conceito de “tato” de Ferenczi (1928, p. 27) pode ser estendido ao lugar que o analista ocupa quando incumbido do desenvolvimento dos membros em formação.

Por exemplo: um conceito considerado fundamental no início dos estudos da psicanálise pode-se tornar de difícil compreensão, dependendo de como está sendo conduzido, muitas vezes levando o membro em formação a afastar-se da instituição, assim como um módulo mais avançado, quando apresentado por um analista que tenha “tato”, permite que este membro, mesmo deparando-se com tamanha complexidade, introjete um sentido que o levará a seguir o caminho.

Ferenczi nos chama atenção sobre a possível resistência “inútil e intempestiva” quando algo está sendo comunicado fora do tempo (o que não teria nada a ver com a cronologia dos conceitos). Escolhi usar o termo *analista ensinante* para designar o sujeito que ali está, num espaço onde empresta o seu corpo, seu conhecimento e seu tempo: que lugar é este do qual se ocupa o *analista ensinante*?

Não é o lugar do analista e seu analisando, tampouco o lugar do professor e seu aluno, poderíamos designar que é um lugar “entre”.

O termo *ensinante*, como diz Alicia Fernández (2001), designa um modo subjetivo de se situar, muito diferente do lugar objetivo encontrado, no campo pedagógico, na relação professor-aluno. Este lugar não é fácil, já que o *analista ensinante*, além de se conectar com o que conhece, precisa autorizar-se a “mostrar”, isto é, fazer visível o que conhece considerando o outro envolvido no processo. Neste sentido, é necessário que ele tenha o “controle do seu narcisismo”.

Também é importante considerar que um membro em formação poderá apreender uma gama de conceitos, a sua possibilidade de escuta analítica e de manejo clínico na medida em que suportar viver a experiência e a dificuldade do manejo da transferência na sua relação com a instituição escolhida, o que acontece, basicamente, a partir das experiências com o *analista ensinante*.

Sendo assim, é preciso pensar que há uma transmissão para além dos moldes, para além dos módulos, isto é, para além da forma (ó) ou da forma (ô) como se apresenta. Algo que é subjetivo, relativo à experiência pessoal. E, como tudo o que pertence a este campo, impossível de controlar. Seria uma ilusão!

Uma das questões levantadas por Jean-Paul Valabrega no livro *A formação do psicanalista* (1983) é a necessidade de se questionar o *pertencimento* a uma instituição de psicanálise, fato que, segundo ele, se dá em rede: analista formador e paciente/aluno em formação, onde o que estaria em jogo seria, de um lado, a manutenção do analista neste lugar de mestre e, do outro lado, uma recompensa mútua que aconteceria pela divisão dos novos candidatos e “dos postos que conferem poder” (p. 38).

É certo que não poderíamos escapar ao processo de *pertencimento*, pois este é inerente à construção de qualquer grupo. Freud nos ensinou, no texto “Psicologia de grupo e análise do Eu” (1921), que não há como escapar ao mecanismo de *identificação* presente nas relações entre um grupo e seu líder.

Também aprendemos com Ferenczi, no seu artigo “O problema do fim da análise” (1928), que para os analistas haveria a possibilidade de uma separação muito mais nítida do mundo da fantasia e do mundo da realidade, tendo uma liberdade interior quase ilimitada e um melhor domínio dos atos e das decisões, mas que não seria o suficiente... Assim sendo, os coordenadores e organizadores de uma instituição não estariam livres dessa experiência de *pertencimento* da qual trata Valabrega.

Ao compreender que o indivíduo no grupo tende a abstrair sua intelectualidade diante da força do mesmo, pois é impulsivo, mutável e aberto a influência, e que um grupo é tão intolerante quanto obediente à autoridade, há sempre um risco quando nos vemos como parte constituinte de uma determinada instituição. No entanto, nossos líderes, estes que nos convocam a pensar e que nos desafiam como fui desafiada neste trabalho, permitem-nos viver a experiência do *pertencimento* sem que haja, necessariamente, uma situação de reclusão.

Outro aspecto a ser considerado no que concerne à discussão do *pertencimento* nas instituições é a diferença que existe entre a Formação Freudiana e as demais sociedades de psicanálise. A Formação Freudiana não está ocupada por um determinismo radical que exige do analista em formação que ele esteja em análise com um dos analistas titulares desta instituição.

Segundo Valabrega, a análise didática seria a raiz da questão do *pertencimento*. *Raiz*, no seu sentido mais amplo, designa o órgão que, na maioria das vezes, se encontra abaixo da superfície. Ela fixa a planta ao solo e ao mesmo tempo lhe fornece o que é necessário à sua sobrevivência. Em uma analogia com o campo psicanalítico, poderíamos pensar que, em nome de uma análise didática, é possível “fixar” o “candidato a psicanalista” à promessa de dar-lhe o reconhecimento, através de um título. Portanto, é possível inferir que, para essas instituições referidas por Valabrega, você só pode existir neste campo se você coexistir. O autor faz uma denúncia quando menciona no seu texto a falta de coragem de questionar o que há por trás da forma como as instituições estão constituídas, de questionar, também, o desejo de monopólio sobre a formação analítica. Sendo assim, podemos inferir, ainda, que nelas a autorização não passa, necessariamente, por uma via de mão dupla.

Penso que este não é o nosso caso, ao contrário, talvez aqui se pague um preço por não seguir este modelo que, segundo o autor, seria universal no que tange às sociedades de psicanálise. No entanto, não é fácil se desenvolver neste campo onde SER AUTORIZADO a exercer a psicanálise anda lado a lado com a necessidade de ter que SE AUTORIZAR.

Por não existir a obrigatoriedade de fazer análise com um membro titular desta Formação, ficam os membros titulares livres do “compromisso” de tornar os seus

analisandos candidatos a analistas. A instituição pode perder, mas, certamente, salvam-se os analisandos de uma possível coerção inconsciente.

Mas se o caminho de inserção não seria, na sua maioria, através das análises, como chegam os candidatos a membros à Formação Freudiana? Com quem estariam identificados ou transferidos quando a procuram?

As formas podem ser as mais diversas, isto é, por conhecer alguém que já está em formação, indicado por um professor da graduação, escutou falar, leu algum artigo de um dos membros... Ou, até mesmo, através da sua análise. No entanto, também é importante pensar o que faz com que esta pessoa permaneça na Formação e em formação. Atalia, Selma e Virginia pensam que esse encontro entre membro em formação e instituição será configurado como “um campo de forças, de afetos e de sensibilidades, onde o que é vivenciado ocorre sempre em via dupla, numa espécie de tessitura – aquela do artesão do Ferenczi – onde cada ponto, cada nó, enfim, cada etapa acontece na mutualidade de um ser fazendo”.

Ainda que não haja necessidade de um saber prévio sobre os conceitos para que essa “tessitura” seja construída, sou levada a pensar que a experiência de análise, a segunda escora da formação do analista, quando se inicia antes mesmo da formação, permite ao candidato uma melhor compreensão não só dos conceitos a serem apreendidos, mas de que o desenvolvimento psicanalítico vai sendo construído pelas bordas e sem muitas certezas. Talvez a experiência de análise propicie uma melhor compreensão de que o que é oferecido como recurso teórico é sempre precário. Há sempre um mais além, algo que só será compreendido “a posteriori” e que nunca se esgota.

O investimento que se faz numa instituição de psicanálise muito se diferencia daquele que se faz nas universidades, nos cursos de graduação e especialização.

A forma como a instituição se organiza difere muito da onipotência existente na apresentação da maioria dos cursos acadêmicos, por exemplo. Nestes, a cada disciplina cursada, a cada semestre cumprido e a cada curso concluído há sempre a ideia de finalização. No estudo da psicanálise, ao contrário, há sempre a ideia de abertura, um estudo sempre leva a outro, que leva a um novo...

Voltando à minha experiência pessoal, passei dois anos no curso de especialização em psicanálise de uma Universidade com professores que pertenciam a

outra instituição que não a Formação Freudiana. Ao final do curso, fui convidada a fazer parte deste grupo. Convite recusado, pois, apesar do respeito e da admiração por todos aqueles que tive o privilégio de conhecer e que me acompanharam ao longo daquele período, era na Formação Freudiana que eu gostaria de dar continuidade à minha trajetória.

É possível compreender a escolha por uma instituição e a permanência nela se considerarmos que a engrenagem que a sustenta é a mesma de uma análise: a transferência. O que mais poderia levar um indivíduo a escolher uma instituição e nela permanecer senão o fato de estar transferido com ela? Mas quem sustenta essa transferência? Certamente corremos um risco!

As instituições, de um modo geral, precisam de regras e normas, disso não há como escapar. Contudo, é preciso tomar cuidado para que não seja utilizado um conjunto de normas e regras que pertencem à academia ou a qualquer outro campo que não o psicanalítico. Fundamentada no conceito de introjeção de Ferenczi, penso que uma organização teórica nascida de certo didatismo não favorece a compreensão das mesmas e não designaria sentido a quem pretende atuar neste campo.

Acredito no desenvolvimento no campo psicanalítico quando o caminho é orientado e direcionado para que o indivíduo possa fazer suas próprias escolhas dentro do universo de possibilidades que lhe são oferecidas. São as escolhas feitas ao longo do caminho que servem de alicerce e sustentação para que o analista se desenvolva, isto é, desembrulhe-se, desdobre-se, faça crescer, amplie, propague, saia do invólucro, enfim... A construção de um saber psicanalítico precisa estar em consonância com a construção de um saber sobre a clínica. Assim sendo, certa “formalidade”, no sentido estrito da palavra, pode ser entendida como incoerente.

Uma das características apreciadas por mim no início do percurso na Formação Freudiana é a possibilidade de aqui se passear pelos mais diversos autores, e a convivência com analistas que, apesar de pertencerem à mesma instituição, se mostram únicos quando, por exemplo, apresentam generosamente suas clínicas, seja através de um exemplo dado em aula, uma apresentação de um caso ou abrindo espaço para uma discussão na qual as mais diversas formas de se pensar a clínica são mostradas sem que uma anule a outra. Haja vista as várias interpretações (fundamentadas teoricamente) após uma Mobilização Clínica.

Chegamos, então, à terceira escora para a formação do psicanalista, ponto fundamental no processo de desenvolvimento nesta área: a clínica. É a partir desta diversidade que podemos fazer aproximações com alguns dos teóricos estudados, ou seja, a partir do estudo dos seus textos e pela forma como a clínica desses mesmos autores nos é apresentada. A aproximação com alguns desses autores é que vai conferindo certo sentido ao nosso fazer clínico e fundamentando-o. A busca por um supervisor ou supervisores está diretamente relacionada a essas identificações, pois, certamente, buscaremos orientação dos analistas que poderão nos acompanhar a partir dessa convergência.

Valabrega (p. 48) nos alerta para a questão do controle que se presentifica na maioria das instituições quando o candidato está nas mãos do seu analista, o que muitas vezes acontece sob o nome de Análise Didática. Ele chega a ser radical quando preconiza a ideia de que o analista do analisando em formação não deva ocupar o mesmo lugar de quem permitirá ao candidato exercer a psicanálise. No entanto, as considerações que apresenta sobre a questão do “controle” são importantes e precisam ser examinadas. Segundo Valabrega (p. 49), “Está demonstrado pela experiência que numerosos ‘analistas controladores’ se comportam como se estivessem encarregados do tratamento que lhes é semanalmente relatado, e tendem a converter o ‘analista em controle’ no seu legado junto ao paciente”. Ele vai dizer, ainda, que essas análises controladas tendem ao fracasso e que este é um modo de se adquirir poder. Acusa de tirânicos os analistas destas instituições, uma vez que eles se utilizam da posição que ocupam para exercer esse poder “potencialmente abusivo”.

Valabrega propõe a substituição desse “controle” pela análise quarta, que comporta: um paciente em análise, um candidato que é o analista deste paciente, o analista do candidato e um outro analista. Ainda incluiria o analista do analista do candidato e do analista do outro analista. Segundo ele, a análise quarta é um estudo e um exame repetido dos dados da análise do candidato e, necessariamente, também da prática do seu analista. Pois, de acordo com o autor, o candidato teria uma tendência a estereotipar e/ou imitar certos traços e técnicas do seu analista. Ele diz que esta tendência poderia vir a ser um problema tanto para o candidato como para o seu analista, pois está remetida à questão da identificação. Esses aspectos que normalmente são negligenciados poderiam ser estudados, segundo o autor, pela análise quarta.

No entanto, não vejo nenhuma aproximação desses aspectos relacionados ao “controle” nas instituições relatados por Valabrega com o modo como a Formação Freudiana trata as questões da clínica. A exigência de supervisão com um dos membros titulares, por exemplo, situa-se longe da ideia de controle, tampouco exprime a ideia de um molde. Penso que, nesta instituição, o lugar do supervisor é o lugar de quem promove a interlocução dos saberes. Neste sentido, está próximo do que Mannoni (1992) depreende quanto ao lugar do supervisor:

“O supervisor deveria ajudar o analista a tomar consciência das referências com as quais ele funciona, a colocá-las em confronto com outras referências, ajudando-o a encontrar um estilo próprio que não seja pura imitação da habilidade de um outro”.

O que Mannoni apresenta neste texto sobre a supervisão e o seu papel no desenvolvimento do candidato a analista nos remete, mais uma vez, ao artigo do Joel Birman ao demonstrar que Ferenczi, ainda que filiado a Freud, “não aceitou ser um analista doutrinado por seu mestre”. Diz, também, que Ferenczi soube de alguma maneira tirar Freud do pedestal, o que, segundo o autor, foi condição básica para existir como psicanalista.

Entretanto, penso não ser fácil tirar “o mestre” do pedestal quando este não convoca seus discípulos a construírem suas próprias bases e, mais ainda, quando não reconhece e autoriza seus discípulos a se sustentarem nelas. Temos, aqui, uma arquitetura que acontecerá a duas mãos: mestre e discípulos precisam trabalhar juntos, pois, se o discípulo tira o mestre do seu pedestal, mas não há uma base que o sustente, é deixado cair.

Talvez possamos aproximar Valabrega e o que preconiza a análise quarta do que chamaríamos de nossa quarta escora: a Mobilização Clínica, essa “atividade que oferece a possibilidade de uma experimentação compartilhada de vivência da escuta psicanalítica através de encenações de fragmentos psicanalíticos”. Mais do que uma quarta escora, penso, a Mobilização Clínica é o que vai fazer o entrecruzamento do tripé da formação do analista, já que permite uma revisão teórico/clínica, suas possibilidades e seus impasses, um lugar onde os afetos circulam, a transferência se apresenta e a contratransferência se exprime.

O lugar da Mobilização é o lugar de convergência e divergência, sem que uma anule a outra. Não é um lugar fácil de habitar! Como dizem Atalia, Selma e Virginia

no artigo, é um lugar muitas vezes “incômodo e desconfortável”. Mas quem disse que o lugar do analista é confortável?

O tempo todo somos postos a nos confrontar com o nosso saber, construindo e desconstruindo frágeis certezas, tornando-as continuamente provisórias. Somos, ainda, convocados a pensar sobre a nossa trajetória e, sendo assim, a reconhecer nossas inseguranças. Somos levados a admitir um tipo de orgulho que, se não removido deste campo, acaba por nos ensurdecer. Essa é a própria experiência da Mobilização Clínica.

Sem dúvida, o fazer-se psicanalista, especialmente nesta instituição, não é uma tarefa fácil! É um risco que se corre! E risco, penso, está incluído no campo da Psicanálise.

Referências bibliográficas

BIRMAN, J. – “Freud e Ferenczi: confrontos, continuidades e impasses”. In: *Ferenczi: história, teoria, técnica*. São Paulo: Ed. 34, 1996.

FERNÁNDEZ, A. – *Os idiomas do aprendente*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FERENCZI, S. – “Transferência e introjeção”. In: *Obras Completas Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 – Obras Completas.

_____ “Sobre a história do movimento psicanalítico”. In: *Obras Completas Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 – Obras Completas.

_____ “O problema do fim de análise”. In: *Obras Completas Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 – Obras Completas.

_____ “Confusão de língua entre os adultos e a criança”. In: *Obras Completas Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 – Obras Completas.

_____ “O processo da formação psicanalítica”. In: *Obras Completas Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992 – Obras Completas.

FREUD, S. - “O método psicanalítico de Freud” (1904). In: *Obras Completas*, Edição Standard Brasileira (ESB). Rio de Janeiro: Imago, 1969.

_____ “Psicanálise silvestre” (1910), ESB, op. cit., idem.

_____ “A dinâmica da transferência” (1912), ESB, op. cit., idem.

_____ “A história do movimento psicanalítico” (1914), ESB, op. cit., idem.

_____ “Observações sobre o amor transferencial” (Novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III) (1915 [1914]), ESB, op. cit., idem.

_____ “Psicologia de grupo e análise do ego” (1920), op. cit., idem.

LANDA, F. – *Ensaio sobre a criação teórica em psicanálise: de Ferenczi a Nicolas e Maria Torok*. São Paulo: Editora UNESP: FAESP, 1999.

MANNONI, M. – “Risco e possibilidade da supervisão”. In: *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.

ROUDINESCO, E. – *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

STEIN, C - “Em que lugar, em que enquadre, para que fins falar de seus pacientes?”. In: *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.

VALABREGA – *A formação do psicanalista*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

VALABREGA, J - “A análise quarta”. In: *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992

ZALTZMAN, N. - “Demanda de supervisão e resistência ‘a análise’”. In: *A supervisão na psicanálise*. São Paulo: Escuta, 1992.